

Decreto n° 44/98

de 9 de Setembro

Havendo necessidade de se actualizar a legislação pertinente ao licenciamento industrial, com o objectivo de, imprimir maior celeridade na condução e decisão dos processos, descentralizar o exercício das competências até aos órgãos locais, e simplificar os procedimentos, ao abrigo do disposto na alínea e) do n° 1 do artigo 153 da Constituição, o Conselho de Ministros decreta:

Artigo 1. É aprovado o Regulamento do Licenciamento da Actividade Industrial, em anexo que é parte integrante do presente decreto.

Art. 2. Compete ao Ministro da Indústria, Comércio e Turismo estabelecer, onde se mostrar necessário, os mecanismos conducentes à aplicação do regulamento referido no número anterior.

Art. 3. É revogado o Diploma Legislativo n° 3057, de 12 de Dezembro de 1970, naquilo que contraria o presente decreto.

Art. 4. O presente decreto entra imediatamente em vigor.

Aprovado pelo Conselho de Ministros.

Publique-se

O Primeiro-Ministro, *Pascoal Manuel Mucumbi*.

Regulamento do Licenciamento Industrial

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1

Objecto

O presente Regulamento tem por objecto reger as condições e procedimentos para o licenciamento de estabelecimentos da indústria transformadora.

ARTIGO 2

Âmbito de aplicação

1. Este Regulamento aplica-se aos estabelecimentos industriais de produção e transformação que independentemente da sua dimensão, se proponham realizar actividades constantes do anexo I do Diploma Legislativo nº 3057, de 12 de Dezembro de 1970.

2. Está excluído do âmbito de aplicação deste Regulamento, e sujeito a legislação especial, o exercício das actividades de indústria farmacêutica, extractiva, pesqueira, turística, de armamento, construção, e de produção, transporte e distribuição de energia.

ARTIGO 3

Classificação de estabelecimentos industriais

Para efeitos do presente Regulamento, os estabelecimentos industriais são classificados em 1ª, 2ª e 3ª classes, de acordo com o anexo referido no nº 1 do artigo anterior.

ARTIGO 4

Localização

A localização de estabelecimentos a que se refere o artigo anterior, em centros urbanos, ou abrangidos por planos de urbanização já aprovados, só poderá ser autorizada dentro das zonas industriais que tiverem sido previstas ou, na sua falta, mediante parecer favorável da autarquia respectiva ou outra entidade competente.

ARTIGO 5

Normas de fabrico

Os estabelecimentos industriais devem observar as normas de fabrico definidas em legislação específica para cada tipo de produto e actividade.

ARTIGO 6

Cadastro industrial

1. Compete ao Ministério da Indústria, Comércio e Turismo criar e manter o cadastro central dos estabelecimentos industriais, incluindo os de 3ª classe.

2. Os órgãos competentes para o licenciamento fornecerão a informação e dados necessários ao cadastro industrial.

3. As normas de funcionamento do cadastro industrial serão estabelecidas em manual a ser aprovado por despacho do Ministro da Indústria, Comércio e Turismo, ouvidos outros sectores que tutelam a indústria, e o Instituto Nacional de Estatística.

CAPÍTULO II

Licenciamento

SECÇÃO I

Instalação de estabelecimentos de 1ª e 2ª Classes

ARTIGO 7

Competência para autorização de instalação

1. A autorização para a instalação de estabelecimentos industriais de 1ª classe é da competência do Ministro que superintende o ramo da indústria respectivo.

2. A autorização para a instalação de estabelecimentos industriais de 2ª classe é da competência do Governador de Província.

ARTIGO 8

Delegação de competência para a autorização

1. Tendo em atenção as condições e as capacidades locais existentes, bem como o grau de complexidade tecnológica de determinadas actividades industriais, o Ministro que superintende o ramo da indústria respectivo, poderá, por diploma, delegar no Governador de Província a competência para a autorização para a instalação de estabelecimentos de 1ª classe.

2. Observados os princípios referidos no número anterior o Governador de Província poderá delegar nos Administradores de Distrito a competência para autorizar a instalação de estabelecimentos industriais de 2ª classe.

ARTIGO 9.

Pedido

1. O pedido de instalação, alteração e ampliação de estabelecimentos industriais de 1ª e de 2ª classes será feito em requerimento com assinatura reconhecida, dirigido ao Ministro que superintende a área da indústria respectiva e ao Governador provincial, respectivamente.

2. Tratando-se de estabelecimentos de 1ª classe, o requerimento poderá ser entregue na Direcção Provincial respectiva.

3. Tratando-se de estabelecimentos de 1ª classe, ao requerimento referido no nº 1 do presente artigo, dever-se-á juntar os documentos do projecto industrial que deverá também mencionar:

a) Nome, nacionalidade, domicílio, tratando-se de pessoa singular, ou indicação do representante e sede, tratando-se de sociedades, bem como o *Boletim da República* em que os estatutos tiverem sido publicados ou cópia dos mesmos;

b) Local onde está instalado ou se pretenda instalar o estabelecimento.

ARTIGO 10

Apresentação de projectos

1. Os documentos do projecto industrial referidos no número 3 do artigo anterior, são os que abaixo se descrevem e deverão conter os seguintes elementos:

a) Planta topográfica na escala conveniente do local da construção, incluindo a implantação dos edifícios, as respectivas vias de acesso, bem como as propriedades rústicas e urbanas, vias públicas e cursos de água confinantes, tratando-se de construção de raiz;

b) Planta do conjunto industrial na escala conveniente, incluindo oficinas, armazéns, depósitos e escritórios, balneários, refeitórios, instalações sanitárias, esgotos e comunicações, bem como alçados e cortes, para apreciação das coberturas; chaminés, escadas, localização de aparelhos, máquinas, instalações de queima, força motriz ou produção de vapor, armazenagem de combustíveis líquidos, sólidos ou gasosos, recipientes de gases sobre pressão, fornos, forjas, estufas, tanques, tinas de preparação,

montacargas, transportadores, pontes rolantes, guindastes, guinchos e todas as demais dependências e equipamentos que forem relevantes para a laboração do estabelecimento;

c) Memória descritiva do projecto que mencione:

- i) Processos e diagramas de fabrico;
- ii) Matéria-prima a utilizar, suas qualidades e quantidades;
- iii) Capacidade de produção e conformidade dos produtos com as normas ou características legalmente estabelecidas;
- iv) Aparelhos, máquinas e demais equipamento previsto na alínea b), com a respectiva especificação;
- v) Número estimado e sexo dos operários a empregar;
- vi) Total da potência eléctrica a instalar;
- vii) Dispositivos de segurança e meios previstos para suprimir ou atenuar os inconvenientes próprios da laboração;
- viii) Instalações de segurança, de primeiros socorros e de carácter social;
- ix) Sistema de abastecimento de água;
- x) Número aproximado de lavabos, balneários e instalações sanitárias;
- xi) Rede de esgotos;
- xii) Instalação para tratamento de efluentes.

d) Estudo do impacto ambiental ou documento comprovativo de dispensa, passado pela entidade competente.

2. Nos casos de alteração e/ou ampliação, o requerente juntará apenas os documentos referidos nas alíneas b) e c) do número anterior, respeitante apenas ao projecto respectivo.

ARTIGO 11

Instrução

1. Compete às Direcções Nacionais e às Direcções Provinciais do respectivo ramo da indústria, a instrução dos pedidos referentes a estabelecimentos de 1ª e 2ª classes, respectivamente.

2. Observadas as condições referidas no nº 1 do artigo 8 do presente Regulamento, as Direcções Nacionais poderão delegar nas Direcções Provinciais competência para instrução dos pedidos referentes a estabelecimentos de 1ª classe.

3. Nos casos previstos no número anterior à entidade que houver instruído o processo, remeterá à entidade competente para licenciar, toda a documentação de instrução, até dez dias após a conclusão da vistoria.

ARTIGO 12

Decisão

1. A entidade competente para licenciar deverá decidir sobre o pedido no prazo máximo de oito e cinco dias, consoante se trate de estabelecimentos de 1ª ou 2ª classe.

2. A entidade responsável pela instrução do processo, notificará o requerente da decisão do pedido no prazo de três dias subsequentes.

ARTIGO 13

Análise de projectos

1. A instalação, alteração e ampliação de estabelecimentos industriais de 1ª classe só poderá ter lugar após aprovação dos respectivos projectos pelo órgão de tutela competente.

2. No prazo máximo de trinta dias, a entidade licenciadora deverá assegurar o pronunciamento dos serviços de bombeiros, saúde, ambiente e outros em razão da matéria.

3. A apreciação do projecto deverá estar concluída no prazo de quarenta e cinco dias contados a partir da data da sua recepção.

ARTIGO 14

Isenção de aprovação de projectos

Os estabelecimentos de 2ª classe estão isentos da aprovação do projecto, devendo o requerente apresentar à entidade licenciadora, os documentos do projecto, nos termos referidos no artigo 10 do presente Regulamento, até trinta dias antes da solicitação da vistoria.

ARTIGO 15

Notificação e pedido de vistoria

1. A decisão sobre o projecto deverá ser comunicada ao requerente no prazo de três dias.

2. Uma vez comunicada a decisão referida no número anterior, o requerente deverá solicitar, no período máximo de cento e oitenta dias, por escrito, a realização da vistoria, à entidade competente.

3. O incumprimento do prazo fixado no número anterior implica a caducidade da autorização de instalação do projecto e o arquivo do respectivo processo.

ARTIGO 16

Aprovação das condições e início da laboração

1. A laboração em estabelecimentos de 1ª e 2ª classes só poderá iniciar-se após a aprovação das condições técnico-funcionais próprias de cada actividade, e as de salubridade dos locais de trabalho, bem como as de higiene, comodidade e segurança pública e dos trabalhadores, ficando sujeitas no que se refere a estes aspectos, ao disposto no presente Regulamento e regulamentos especiais vigentes.

2. O apuramento das condições referidas no número anterior, será através de vistoria, nos termos e condições fixados no presente Regulamento.

3. A entidade instrutora, em articulação com os serviços de bombeiros, saúde e trabalho, deverá dirigir os trabalhos de vistoria, promovendo a sua realização no prazo de oito dias após apresentação do respectivo pedido.

4. Verificada a conformidade da execução dos termos e condições referidos no nº 1 do presente artigo, será elaborado o respectivo auto de vistoria que deverá ser assinado por todos os intervenientes.

ARTIGO 17

Início de laboração condicionado

1. No caso de se constatar alguma deficiência no acto de vistoria, poderá ser autorizado o início da laboração sob a condição de, em prazo razoável a ser fixado no próprio auto, o requerente proceder ao seu suprimento.

2. Decorrido o prazo fixado no número anterior, deverá efectuar-se nova vistoria.

3. Na hipótese de não ser suprida a deficiência no prazo fixado no nº 1 do presente artigo, a entidade instrutora ordenará as providências julgadas necessárias, incluindo a proposta de suspensão de laboração à entidade licenciadora competente.

ARTIGO 18

Conteúdo do auto de vistoria

O auto de vistoria referido no n.º 5 do artigo 16 será lavrado em formulário próprio, devendo nele constar o resultado da verificação de:

- a) Satisfação das condições técnico-funcionais próprias da actividade, de salubridade, higiene, comodidade e segurança dos trabalhadores, definidas em disposições legais;
- b) Observação das condições estabelecidas nos despachos de autorização, quando as houver;
- c) Atendimento de eventuais reclamações; e
- d) Quaisquer condições que se julguem necessário impor e o prazo para o seu cumprimento.

ARTIGO 19

Imposição de novas condições de laboração

A aprovação dos projectos e a vistoria ao estabelecimento não impedem que, a qualquer altura, as entidades de fiscalização imponham a aplicação de novas providências tendentes à eliminação de inconvenientes que, eventualmente se tenham verificado, incluindo a adopção de novos processos de protecção dos trabalhadores ou das zonas circundantes.

ARTIGO 20

Alvará

1. As autorizações para a laboração de estabelecimentos industriais serão passadas sob a forma de alvará, segundo o anexo I deste Regulamento, pelas Direcções competentes do Ministério que superintende a área respectiva da indústria.

2. O alvará que habilita o respectivo titular ao exercício da actividade nele mencionada, não poderá, ser substituído nem transmitido, independentemente do estabelecimento industrial a que respeita.

3. A autorização a que se refere o n.º 1 deste artigo, caducará se no prazo de noventa dias não for iniciada a laboração.

4. Quaisquer alterações às condições que tiverem sido fixadas no Alvará, deverão ser comunicadas ao órgão licenciador para efeitos de averbamento.

SECÇÃO II

Estabelecimentos de 3.ª classe

ARTIGO 21

Condições específicas

1. Os estabelecimentos de 3.ª classe estão isentos de aprovação de projectos e de vistoria, devendo proceder-se ao seu registo prévio de acordo com o anexo II do presente Regulamento.

2. O registo referido no número anterior será efectuado na Direcção Distrital da área da indústria respectiva ou na sua falta, na Administração do Distrito, onde se localiza o estabelecimento.

3. No acto do registo as entidades referidas no número anterior, fornecerão cópias de normas sobre higiene, salubridade, segurança e ambiente.

CAPÍTULO III

Transmissão, cessação e suspensão de laboração de estabelecimentos

ARTIGO 22

Comunicação da transmissão

1. A transmissão de estabelecimentos deve ser comunicada ao órgão competente para o licenciamento no prazo de quinze dias, devendo especificar-se:

- a) O transmitente;
- b) A denominação do estabelecimento transmitido;
- c) O adquirente.

2. Tratando-se de estabelecimento industrial de 3.ª classe, a transmissão referida no número anterior será comunicada ao órgão local do Ministério que tutela o respectivo ramo da indústria ou na falta deste, à Administração do Distrito onde se localiza o estabelecimento.

ARTIGO 23

Comunicação da suspensão e cessação

1. A suspensão de laboração de estabelecimentos industriais de 1.ª e 2.ª classes deverá ser comunicada à entidade licenciadora, indicando-se o número de dias de suspensão e os motivos que a determinaram.

2. A suspensão de laboração de estabelecimentos de 1.ª classe, poderá ser comunicada à Direcção Provincial respectiva.

3. Exceptua-se do disposto no n.º 1 do presente artigo a suspensão de laboração para manutenção do equipamento, quando não exceda os quarenta e cinco dias.

4. A cessação de laboração de estabelecimentos de 1.ª e 2.ª classes, deverá ser comunicada à entidade licenciadora no prazo de quinze dias.

CAPÍTULO IV

Fiscalização, penalidades e taxas

ARTIGO 24

Órgãos de fiscalização

1. Compete ao órgão de fiscalização do Ministério que superintende o respectivo ramo da indústria proceder à inspecção e fiscalização dos estabelecimentos industriais e das actividades por eles prosseguidas.

2. O órgão referido no número anterior, no exercício das suas funções, poderá solicitar a colaboração das autoridades policiais ou administrativas.

ARTIGO 25

Auto de notícia

Sempre que os funcionários competentes para a fiscalização tenham conhecimento da existência de qualquer infracção às disposições relativas ao licenciamento constantes do presente Regulamento ou dele decorrente elaborarão um auto de notícia nos termos do artigo 166 do Código de Processo Penal.

ARTIGO 26

Penalidades

A violação das disposições do presente Regulamento é punível com a aplicação de multas, suspensão da laboração, encerramento do estabelecimento e ou revogação do alvará, sem prejuízo de outras penas previstas na demais legislação vigente.

ARTIGO 27

Punição

1. As infracções às disposições do presente Regulamento são puníveis do seguintes modo:

- a) Com multa de 12 500 000,00 MT a 25000 000,00 MT, o início da laboração de estabelecimento de 1ª classe ou de 2ª classe sem prévia vistoria;
- b) Com multa de 6 000 000,00 MT a 12 000 000,00 MT a alteração ou a ampliação de estabelecimento industrial de 1ª classe ou de 2ª classe sem prévia vistoria;
- c) Com multa de 4 500 000,00 MT a 9 000 000,00 MT o incumprimento de quaisquer condições impostas durante a vistoria para os estabelecimentos de 1ª classe ou 2ª classe;
- d) Com multa de 4 500 000,00 MT a 9 000 000,00 MT a laboração de estabelecimento industrial de 3ª classe, sem observância de normas sobre ambiente, higiene, salubridade e segurança;
- e) As infracções ao previsto neste Regulamento ou outros aplicáveis a laboração de estabelecimentos industriais, para as quais não esteja fixada penalidade, são puníveis na primeira infracção com a multa de 1 500 000,00 MT a 3 000 000,00 MT.

2. As multas fixadas nos termos do nº 1 poderão acrescer as medidas de suspensão de laboração, selagem de parte ou todo equipamento e encerramento de estabelecimento, desde que, comprovadamente se verifique a violação dos requisitos legais de segurança, higiene e saúde pública.

ARTIGO 28

Reincidência

1. A reincidência relativa às infracções mencionadas no artigo anterior será punível, elevando-se ao triplo os limites mínimos e máximos.

2. Tem lugar a reincidência quando o infractor, a quem tiver sido aplicada uma sanção relativa às infracções mencionadas no artigo anterior, cometa outra idêntica antes de decorridos seis meses a contar da data da fixação definitiva da sanção anterior.

ARTIGO 29

Pagamento das multas

1. O prazo para o pagamento voluntário das multas referidas no artigo 27 é de quinze dias, a contar da data da notificação. O pagamento será efectuado por meio de uma guia passada pelo órgão de fiscalização, a depositar na Repartição de Finanças da área onde se situa o estabelecimento.

2. Na falta de pagamento voluntário dentro do prazo fixado no número anterior, o processo será remetido ao tribunal competente.

ARTIGO 30

Suspensão da laboração

1. Quando se verifique que da laboração do estabelecimento há perigo de se atentar contra a higiene, salubridade, segurança e ambiente, poderá ser determinada e aplicada a suspensão da laboração do estabelecimento industrial.

2. O despacho que determinar a aplicação da suspensão deverá indicar o prazo para a correcção da falta pelo infractor.

ARTIGO 31

Encerramento de estabelecimento

O incumprimento do disposto no nº 2 do artigo anterior, por parte do infractor, poderá determinar o encerramento do estabelecimento industrial.

ARTIGO 32

Revogação do alvará

A infracção ao disposto no nº 2 do artigo 20 poderá ser punida com a pena de revogação do alvará.

ARTIGO 33

Competência para a fixação de penas

1. Compete ao Inspector Geral ou órgão equivalente e Directores Provinciais do Ministério que superintende o respectivo ramo da indústria, a fixação das penas referidas no artigo 27 do presente Regulamento.

2. Compete ao Director Nacional ou órgão equivalente do respectivo ramo da indústria a fixação da pena de suspensão prevista no artigo 30.

3. Compete ao Ministro que superintende o respectivo ramo da indústria e ao Governador de Província, a fixação das penas, previstas nos artigos 30 e 31 do presente Regulamento.

ARTIGO 34

Afectação do produto das multas

O destino a dar ao produto das multas previstas no artigo 27 será definido por diploma conjunto dos Ministros da Indústria, Comércio e Turismo e do Plano e Finanças.

ARTIGO 35

Taxas

É devido pagamento de taxas por todos os actos sujeitos ao licenciamento ou deles decorrentes nos termos deste Regulamento.

ARTIGO 36

Cobrança de taxas

Os valores das taxas previstos no anexo III serão entregues na Repartição das Finanças da área onde se situa o estabelecimento por guia modelo B.

ARTIGO 37

Afectação de taxas

O destino a dar às receitas provenientes das taxas previstas no artigo 35 será definido por diploma conjunto dos Ministros da Indústria, Comércio e Turismo e do Plano e Finanças.

ARTIGO 38

Actualização de taxas e multas

Os valores das multas e taxas referidas nos artigos 27 e 35 do presente Regulamento, serão revistos, sempre que se mostrar necessário, por diploma conjunto dos Ministros da Indústria, Comércio e Turismo e do Plano e Finanças.

ARTIGO 39

Reclamações e recursos

Das decisões tomadas nos termos do presente Regulamento, cabem reclamações e recursos hierárquico e contencioso nos termos da lei.

CAPÍTULO V

Disposições transitórias e finais

ARTIGO 40

Estabelecimentos industriais em laboração

Os estabelecimentos industriais actualmente em laboração, poderão a seu pedido, no prazo de cento e oitenta dias contados da entrada em vigor deste Regulamento, proceder à actualização dos alvarás e registo consoante se trate de estabelecimento de 1ª, 2ª ou 3ª classes, respectivamente.



República de Moçambique

Ministério da Indústria, Comércio e Turismo

Exercício da actividade industrial

Alvará nº _____ Decreto nº _____

Faço saber aos que este Alvará virom que, em presença do processo respeitante ao pedido formulado por _____

De concessão de Alvará para _____

Localizada (endereço completo) _____

Nos termos dos artigos _____

Concedo ao referido _____ o Alvará requerido.

É proibido alterar estas condições sem a prévia autorização dada nos termos legais, sob pena de revogação deste Alvará.

Para constar se lavrou o presente Alvará que por mim é assinado e devidamente autenticado com selo branco em uso nesta _____

a) _____

(_____)

Este documento deverá estar sempre no estabelecimento em lugar bem visível ao público e ser presente a todos agentes de fiscalização.

Algumas condições específicas de concessão

1. Instalação

1.1. Classificação da actividade e produtos CAP

Classe	
Grupo	
Subgrupo	

1.2. Capital inicial investido (valor em meticais) _____ MT

1.3. Unidades de produção e respectivo endereço

2. Averbamentos

a) Entidade

Este documento deverá estar sempre no estabelecimento em lugar bem visível ao público e ser presente a todos agentes de fiscalização.



República de Moçambique

Ministério da Indústria, Comércio e Turismo

Anexo II

Ficha de registo de estabelecimentos industriais de 3ª classe

1. Processo nº _____

2. Denominação do estabelecimento _____

3. Nome do proprietário ou do sócio-gerente _____

4. B. I. nº _____ emitido em ____ / ____ / ____ validade _____

5. Localização do estabelecimento _____

6. Tipo de actividade _____

7. Capacidade de produção instalada _____

8. Principais produtos _____

9. Valor de investimento (meticais) _____

10. Volume de investimento _____

11. Número de trabalhadores _____

12. Número de unidades de produção _____

_____, aos ____ de _____ de _____

a) _____ (_____)

13. Averbamentos _____

a) Entidade que emite

Anexo III

Tabela de taxas a que se refere o artigo 35

1. Emissão do Alvará:

1ª classe	1 500 000,00 MT
2ª classe	800 000,00 MT

2. Aprovação de alterações e adaptações nos estabelecimentos industriais:

1ª classe	1 000 000,00 MT
2ª classe	600 000,00 MT

3. Vistorias

3.1. Vistorias regulamentares realizadas a novos estabelecimentos industriais para verificação das condições de instalação e laboração:

1ª classe	2 500 000,00 MT
2ª classe	1 500 000,00 MT

3.2. Vistorias regulamentares realizadas a adaptações de estabelecimentos para verificação das condições de instalação e laboração:

1ª classe	1 000 000,00 MT
2ª classe	750 000,00 MT

3.2. Vistorias suplementares por falta de cumprimento de condições regulamentares:

1ª classe.....	1 250 000,00 MT
2ª classe	850 000,00 MT

3.4. Pagamento a peritos, por vistoria:

1ª classe	1 000 000,00 MT
2ª classe	500 000,00 MT

3.5. Secretários:

1ª classe	250 000,00 MT
2ª classe	150 000,00 MT

4. Selagem, desselagem, resselagem de equipamentos industriais

a) Selagem e desselagem a pedido do industrial:

1ª classe	200 000,00 MT
2ª classe	100 000,00 MT

b) Desselagem por inobservância de princípios regulamentares:

1ª classe	300 000,00 MT
2ª classe	200 000,00 MT

c) Resselagem motivada por quebra de selos, e por cada selo quebrado:

1ª classe	300 000,00 MT
2ª classe	200 000,00 MT

5. Pagamento de transporte por quilómetro na deslocação em vistorias, utilizando meio Estatal 2 691,00 MT.

6. Meios alternativos de investigação:

As taxas aplicáveis em virtude da colheita de amostras, análises, ensaios laboratoriais ou quaisquer outros procedimentos necessários à apreciação de um estabelecimento industrial com utilização de quaisquer serviços do Estado, serão fixadas caso a caso por despacho do Ministro da Indústria, Comércio e Turismo.